

EDITORIAL

Na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e no Programa de Ação de Viena, adotado em 1993, a educação é reconhecida como meio fundamental para promoção e defesa dos direitos humanos. No Brasil, assim como na maioria dos países latino-americanos, o tema dos direitos humanos adquire relevância e é reivindicado em resposta à violência social e política vivenciadas nas décadas de 1960 e 1970. O debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania vem alcançando mais espaço e importância, no país, a partir dos anos de 1980, por meio de proposições da sociedade civil organizada e de ações governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia. O marco desse movimento foi a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que consagrou o Estado Democrático de Direito e contemplou os direitos sociais, civis, políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Em 1996, acatando a recomendação da Declaração e do Programa de Ação de Viena, o Governo brasileiro, editou o Programa Nacional de Direitos Humanos, declarando que as Universidades e os Centros de Pesquisas, bem como outras instituições, deveriam ter um papel ativo para que o Programa se concretizasse. Estabelece, então, ações a serem desenvolvidas a curto e médio prazos na sociedade e, nas escolas, através do sistema de *temas transversais*, nas disciplinas curriculares.

No mesmo período, o Programa Estadual de Direitos Humanos foi proposto, traçando metas para a Educação em Direitos Humanos, afirmando o compromisso para a construção e promoção dos Direitos Humanos, por meio da educação para a democracia e os direitos humanos, sem esquecer o exercício da participação política.

Apesar dos avanços, o contexto nacional tem-se caracterizado por desigualdades e pela exclusão, pelo aviltamento de direitos. Há, ainda, muito a ser conquistado para que a dignidade humana, sem distinção de raça, etnia, nacionalidade, gênero, classe social, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência seja uma realidade para todos e todas.

No ano de 2007, foi proposto o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, “fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da

tuguesa. Apontam que, através de sua capacidade de comunicação e conhecimento para gerir situações conflituantes, que coloquem em causa os direitos e os deveres instituídos, podem ter uma ação de caráter preventivo, a fim de que a escola possa promover o desenvolvimento e/ou o aperfeiçoamento de competências pessoais e sociais na Educação para a Cidadania.

No quinto texto, *Educação comunitária: promovendo a construção da cidadania no bairro Ferradura Mirim*, Antonio Francisco Marques, Rita Melissa Lepre, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Paula Alessandra Bonfim apresentam a experiência de um projeto de pesquisa e extensão interdisciplinar, na perspectiva social e comunitária, que tem como objetivo a transformação de uma realidade social

No artigo *Uma abordagem vygotskyana para a conscientização de cidadania em sala de aula no Ensino Fundamental*, Ruben de Oliveira Nascimento, Giovana Vidotto Roman Toro, Juliana Correia Silvério e Marcella Oliveira Araújo escrevem sobre uma proposta inspirada no projeto intitulado *Brincando de Governo*, com o objetivo de implementar uma Educação que possibilite a formação emancipada de sujeito, diante da complexidade social. Demonstram que, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental (de maneira consciente e pedagogicamente organizada), o aprendizado sobre a vida pública e sua organização deve ser estimulado, visando ao desenvolvimento social dos alunos e à construção da noção de cidadania.

Finalizando, Carlos Estevão, em *Cosmopoliticidade e educação de adultos na era da globalização*, examina as implicações da cosmopoliticidade democrática, na educação de adultos, no sentido de esta colaborar para o reforço da justiça global e para o *cultivo da humanidade*.

Com as questões apontadas nos artigos e entendendo que a educação para a democracia tem como pressupostos os direitos humanos e a cidadania, esperamos contribuir para o aprofundamento do conhecimento bem como suscitar outros questionamentos a respeito da temática.